



História da Educação de Adolescentes e Adultos: campanhas de alfabetização, escolas noturnas e representações do analfabeto e de analfabetismo em Uberlândia-MG (1947-1963)¹

History of Education of Adolescents And Adults: literacy campaigns, night schools and representations of illiterate and illiteracy in Uberlandia-MG (1947-1963).

Historia de la Educación de Adolescentes y Adultos: Campañas de alfabetización, escuelas nocturnas y representaciones del analfabeto y del analfabetismo en Uberlândia-MG (1947-1963)

CARLA CRISTINA JACINTO DA SILVA²; SANDRA CRISTINA FAGUNDES DE LIMA³

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi apreender a história da educação de adolescentes e adultos no município de Uberlândia-MG no período de 1947 – 1963, quando foi deflagrada e implantada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em todo território nacional. Discutimos a trajetória da CEAA, as características das escolas noturnas da cidade e as representações construídas e divulgadas pela imprensa sobre os sujeitos analfabetos e o analfabetismo. Consultamos jornais, diários de classe, livros de matrículas, atas de reuniões das escolas noturnas e livro de ponto dos professores. A CEAA produziu representações depreciativas do analfabeto; os jornais, por sua vez, enfatizaram essas representações e as incrementaram, visto que eram utilizados como estratégia para se conseguir voluntários e comover empresas e instituições para atuar no que seria “a salvação nacional”. Para além dessas representações, o desprestígio dos sujeitos analfabetos se expressava também na precariedade das escolas noturnas que os atendiam.

Palavras chave: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Analfabeto, Escolas noturnas.

¹ Este artigo apresenta alguns aspectos discutidos na dissertação de mestrado de Silva (2015), financiada pela Capes e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima.

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista do CNPq. E-mail: carla.cris12@hotmail.com

³ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sandralimaufu@gmail.com

Abstract

This research aimed at learning about the history of education of adolescents and adults in Uberlândia-MG from 1947 to 1963, when the Education Campaign of Adolescents and Adults (CEAA) was introduced nationwide. We discuss CEAA's history, the characteristics of night schools in the city, and representations built and published in the press on illiterate subjects and illiteracy as well. We have consulted newspapers, class diaries, enrollment books, meeting minutes of night schools and teachers registering books. CEAA produced derogatory representations of the illiterate; newspapers, in turn, emphasized those representations and increased them, since they were used as a strategy to achieve voluntaries and move companies and institutions to act in what would be a "national salvation". In addition to those representations, the unimportance of illiterate subjects was also expressed in the precariousness of night schools.

Keywords: *Education Campaign of Adolescents and Adults, Illiterate, Night School.*

Resumen

El objetivo de esta investigación fue aprehender la historia de la educación de adolescentes y adultos en el municipio de Uberlândia-MG en el periodo de 1947 – 1963, cuando fue deflagrada e implantada la Campaña de Educación de Adolescentes y Adultos (CEAA) en todo territorio nacional. Discutimos la trayectoria de la CEAA, las características de las escuelas nocturnas de la ciudad y las representaciones construidas y divulgadas por la prensa sobre los sujetos analfabetos y el analfabetismo. Consultamos periódicos, diarios de clases, libros de matrículas, actas de reuniones de las escuelas nocturnas y libro de asistencia de los profesores. La CEAA produjo representaciones depreciativas del analfabeto; los periódicos, por vez, enfatizaron esas representaciones y las incrementaron, visto que eran utilizados como estrategia para conseguirse voluntarios y conmover empresas e instituciones para actuar en el que sería "la salvación nacional". Para más allá de esas representaciones, el desprestigio de los sujetos analfabetos se expresaba también en la precariedad de las escuelas nocturnas que los atendían.

Palabras clave: *Campaña de Educación de Adolescentes y Adultos, Analfabeto, Escuelas nocturnas.*

Recebido em: agosto de 2016

Aprovado para publicação em: outubro de 2016

Introdução

Os movimentos sociais em prol da Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiram no Brasil no final dos anos de 1940. Um fato que colaborou para esse acontecimento foi a constatação feita pelo recenseamento geral daquele ano por meio do qual se comprovou uma taxa de 55% de analfabetos entre a população brasileira com 18 anos ou mais. Como o país buscava investir no crescimento industrial e construir a imagem de uma nação industrialmente desenvolvida seria necessário fornecer às fábricas mão de obra minimamente qualificada. Nesse contexto, o analfabetismo tornou-se um problema para o qual se exigia uma rápida solução.

Embora em 1930 tenha sido criado o Ministério da Educação e Saúde, segundo Soares (1995), até o advento do Estado Novo (1937 – 1945) o governo central recebeu muitas opiniões técnicas sem, porém, tomar medidas que fossem efetivas e favoráveis à difusão do ensino em geral, continuando a manter os Estados incumbidos de seus sistemas de instrução. De acordo o autor, uma “decisão importante foi o estabelecimento do Convênio Estatístico de 1931, desvinculando-se a educação de adultos da educação elementar comum, sendo incluída a categoria ‘ensino supletivo’.” (SOARES, 1995, p. 41). A partir desse momento, a educação de adultos começou a ganhar importância, destacando-se como um problema distinto do problema da escolarização para a população em idade escolar. Antes disso, a atenção dispensada a essa educação pelo programa do Distrito Federal em 1935 foi outro fator que impulsionou os investimentos nessa área. (PAIVA, 1973). Além desses aspectos, existem outros que marcaram a inclusão desse ensino entre as metas estabelecidas pelo Estado para promover tal educação, dos quais são destacados:

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, a fixação da ideia de um plano nacional de educação na constituição de 1934, a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1938; os resultados do recenseamento de 1940; a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, e sua regulamentação, em 1945; e acima de tudo a criação de um Serviço de Educação de Adultos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1947, e a aprovação nesse mesmo ano de um plano nacional de educação supletiva para adolescentes e adultos analfabetos. (BEISIEGEL, 1974, p. 68).

Será, portanto nesse contexto que discutiremos a trajetória da educação de adolescentes e adultos no município de Uberlândia no período de 1947 – 1963, quando foi deflagrada e implantada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em todo território nacional. Os nossos objetivos serão analisar o funcionamento das escolas noturnas e apreender as representações do analfabeto e de analfabetismo construídas e divulgadas durante a execução de tal campanha. Como fontes de pesquisa empregamos os Jornais Correio de Uberlândia e O Repórter, diários de classe, livros de registro de matrícula, atas de reuniões das escolas noturnas, livros de frequência diária dos alunos e livro de ponto dos professores.

Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947-1963).

Em 1947 o Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação e Saúde, criou o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como objetivo a orientação e coordenação geral dos trabalhos e planos anuais do ensino supletivo. O SEA se desdobrava em: Administração, Planejamento e Controle, Orientação Pedagógica e Relações com o Público. Nesse mesmo ano foi lançada no Brasil a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com o financiamento e regulamentação do FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário).

De acordo com Paiva, seu lançamento ocorreu para atender ao apelo feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em prol da educação popular. Segundo a autora, em seu plano interno a campanha acenava como uma possibilidade de formar mão de obra alfabetizada nas cidades e de estender essa formação ao campo, “além de constituir como um instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo” (PAIVA, 1973, p. 178).

A campanha foi lançada em clima de euforia no intuito de levar a alfabetização a grandes contingentes da população brasileira. As primeiras atividades foram desenvolvidas segundo o plano de ensino supletivo elaborado pelo SEA. Em seu primeiro ano estavam previstas a abertura de 10.000 classes e 500.000 matrículas em todo o país, sendo que no decorrer dos anos o número de classes deveria aumentar gradualmente, atingindo em 1948 14.110, em 1949 15.204 e em 1950 16.500 (BEISIEGEL, 1974). Essas classes foram distribuídas segundo critérios que condicionavam a liberação de recursos conforme a necessidade educacional das comunidades e estiveram presentes em várias regiões do país. De acordo com Beisiegel (1974), as regiões que receberam o maior número de classes em 1947 foram: Bahia (1.600); Minas Gerais (1.500) e São Paulo (1.000).

A campanha priorizou em seus primeiros anos de atuação a implantação e expansão das escolas de ensino supletivo. Contudo a partir de 1950, no fim da administração do professor Lourenço Filho, tendo em vista interferir na organização social e econômica da população, a campanha expandiu o seu raio de ação para atuar em outras modalidades, tais como, criação das Missões Rurais de Educação de Adultos⁴, dos Centros Sociais de Comunidade e dos Centros de Iniciação Profissional. Porém, essas atividades não conseguiram lograr êxito, visto que todos os esforços eram voltados para a implantação dos cursos supletivos, dessa maneira, os trabalhos da segunda fase da campanha não ultrapassaram as primeiras experiências e não chegaram a constar entre os resultados alcançados. (BEISIEGEL, 1974).

O Ministério da Educação e Saúde buscou comprometer os recursos das administrações regionais na implantação e manutenção de uma rede nacional de ensino supletivo, deixando sob a responsabilidade das administrações locais todas as atividades relacionadas à instalação e funcionamento das classes, reservando para si o financiamento e as atribuições mais gerais de coordenação e controle do desenvolvimento do programa. (BEISIEGEL, 1974). O Ministério

⁴ As missões rurais contavam com diferentes serviços do Ministério da Educação e Saúde. Em seu plano geral de atuação, o intuito era desenvolver programas nos setores: agropecuários, médico sanitário, familiar, economia doméstica, educação geral e serviço social. As equipes eram formadas por profissionais dessas diversas áreas, tais como: medicina, enfermagem, educação sanitária, assistência social, veterinária, agronomia, educação doméstica, administração e logística. Por meio da realização de diagnósticos das condições de vida das comunidades promoviam-se programas integrados de educação de base, ajudando no desenvolvimento socioeconômico das comunidades. (BEISIEGEL, 1974).

contou com o apoio dos meios de comunicação para mobilizar o país para o que seria considerada a “urgente necessidade” de educar os analfabetos e mostrar os seus benefícios, além de receber auxílios federais do FNEP e dos meios apropriados para estimular o envolvimento dos estados e territórios na educação de adultos.

Não obstante o esforço em se criar o material específico para a educação de adolescentes e adultos, a campanha acabou se tornando “uma réplica” do ensino infantil. Segundo Beisiegel (1974, p. 94), apesar de as escolas supletivas receberem “um currículo especial de ensino visual, cartilhas, jornais, folhetos e textos de leitura diversos, elaborados no Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos”, os conteúdos ensinados aos alunos das classes de alfabetização eram semelhantes aos do ensino primário comum, além disso, as condições de funcionamento das classes também eram criticadas, pois não havia verba o suficiente para resolver alguns graves problemas, tais como: baixa remuneração dos docentes que atuavam nas classes de alfabetização; insuficiente iluminação das classes e aquisição dos materiais escolares, esses eram considerados inadequados para uso nas várias regiões do país.

Em 1950 foi divulgado o recenseamento pelo qual se evidencia que no país, malgrado as campanhas promovidas, o percentual de analfabetos seguia alto, tendo atingido 51,75% das pessoas adultas, ou seja, mais da metade da população do país ainda se encontrava nessa condição. Com esse fato ficou comprovado que a campanha não estava alcançando os resultados esperados e, por conseguinte, começou a entrar em declínio e a receber graves críticas sobre a sua atuação.

Como resposta, o MEC criou duas campanhas que tiveram pouca contribuição para a redução do analfabetismo no país, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1952 e em 1958 a Campanha Nacional Erradicação do Analfabetismo (CNEA). A CEAA ainda tentou recuperar-se com a criação do Sistema de Radio Educativo Nacional (Sirena) anexo à campanha em 1957. No entanto seus recursos ficaram cada vez mais escassos devido aos precários resultados obtidos com a sua principal atividade que era justamente a alfabetização. (PAIVA, 1973).

Em 1958 aconteceu o II Congresso Nacional da Educação de Adultos, no qual foi reconhecido publicamente o fracasso da campanha em termos educativos. O Congresso marcou o começo de um novo tempo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), estimulando o desenvolvimento de experiências educacionais baseadas em uma nova percepção do adulto analfabeto, diferente daquela preconceituosa que o concebia como incapaz e responsável pelo atraso do país, e do próprio processo de ensino e de aprendizagem direcionado do adulto (PAIVA, 1973). A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos funcionou até o ano de 1963, quando foi extinta juntamente com as demais campanhas lançadas até aquele momento pelo MEC.

Em relação ao desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no município de Uberlândia-MG, é necessário ressaltar que, de acordo com Carvalho e Alves Filho (2000), os anos de 1950 e 1960 foram de grande importância nos aspectos econômicos, políticos e sociais para o município. Conforme Soares (2008), nesse período começava uma nova fase de crescimento da cidade impulsionada pelas transformações que aconteciam no país devido à construção de nova capital federal no Planalto Central e à abertura de estradas que interligavam o município a São Paulo. Uberlândia, por contar com localização geográfica estratégica e por fornecer de mão de obra para a construção civil, se beneficiou das políticas de

interiorização do país propostas pelo governo de Juscelino Kubitschek que promoviam o rápido crescimento em direção ao interior. Além desse aspecto, as elites locais tinham preocupação em acompanhar o desenvolvimento do Brasil, chegando a tentar reproduzir na cidade projetos arquitetônicos que levassem a urbe a se aproximar da modernidade, fato que pode ser observado nas construções emblemáticas da década de 1940, tais como: Mercado Municipal (1944), Matriz de Santa Terezinha (1941) e Rodoviária (1946). (SOARES, 2008).

Dessa maneira, o município também procurou colaborar para o desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos por meio de um programa de abertura de classes noturnas para o ensino de adultos, muitas dessas classes eram instaladas em espaços não escolares. Em 1947 foram divulgados os dados sobre a alfabetização de adultos no município por meio dos quais se constata que no corrente ano 840 alunos estavam matriculados nos cursos noturnos implantados nas escolas estaduais, municipais e em espaços pertencentes à iniciativa particular. (O QUE SE FAZ, 1947, p. 1).

Ao longo de sua execução em âmbito federal, a CEAA contou com ampla cobertura dos jornais, sobretudo no que dizia respeito ao apelo para o trabalho voluntário que a população deveria se dispor a realizar. No município de Uberlândia esse apelo era igualmente reiterado pelos meios de comunicação, sobretudo pelos jornais. Um dos exemplos da eficácia dessa propaganda e, portanto, de como a campanha divulgada pela imprensa sensibilizava e motivava a colaboração da sociedade e, em particular, da população local encontra-se em uma carta recebida pelo jornal Correio de um aluno do Colégio Estadual que se oferecia para dar aulas aos analfabetos em sua própria residência:

[...] Desejando comemorar o segundo aniversário da vitória das Nações Unidas contra as do Eixo Totalitário, na Europa, com uma iniciativa de alcance patriótico dentre de minhas diminutas possibilidades de estudante do curso científico do colégio Estadual de Uberlândia acabo de tomar a resolução de contribuir para a CAMPANHA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DOS ADULTOS, destinando uma hora do tempo disponível que tenho para o ensino diário e gratuito de analfabetos. Para levar avante tal resolução e para que isso possa chegar ao conhecimento dos interessados, solicito dessas ilustradas Gerências e Redação, o obséquio de dar publicidade a esta afim de que as pessoas interessadas nesta patriótica campanha, em boa hora levantada pelo eminente Ministro Clemente Mariani, possam encaminhar analfabetos a minha residência a Rua Duque de Caxias nº634, nesta cidade, onde das 19 às 20 horas os atenderei. Grato pela atenção que for dispensada a esta com os meus protestos de alta estima e consideração, subscrevo-os. (PELA ALFABETIZAÇÃO, 1947, p. 1).

Todavia, pelo jornal também somos informados de que, apesar de a CEAA ter sido bem recebida pela sociedade, havia insatisfações com as mudanças provocadas no cotidiano das famílias burguesas em virtude da frequência das empregadas domésticas às aulas noturnas. Nesse sentido, o fato de essas trabalhadoras saírem mais cedo para estudar causou incômodo entre as patroas que passaram a criticar o horário de início das aulas. Sobre esse acontecimento

o jornal Correio publicou uma extensa matéria na qual registra, com ironia, que “as empregadas domésticas se diferenciavam dos demais estudantes do mundo, devido a sua pontualidade nas aulas”, conforme se lê a seguir:

O horário dos cursos escolares para adultos nesta cidade é das 7 às 9 da noite. O calor anda muito forte. Ninguém quer jantar cedo demais. Principalmente, com o horário de verão que adianta por decretos governamentais as horas das refeições. Acontece também que em quase todos os lares uberlandenses há gente que trabalha fora, no comércio. Ora, o comércio fecha às 5.30 da tarde para as suas atividades externas. Mas, o trabalho interno ainda vai forçosamente até 6 ou mesmo 6.30. Resulta disso tudo que pessoas que tiveram um dia penoso de trabalho fora de casa, aonde chegam para descansar um pouco, tomar um banho antes do jantar, tem de dispensar o descanso e talvez o banho, adia-los talvez. Isso porque as empregadas têm de estar no seu curso às 7 horas. E elas se empenham em serem alunas pontuais, diferem neste particular de todos os estudantes do mundo. Exigem para si mesmas a pontualidade às aulas. Não sabemos se elas lá estão na sua carteira escolar, às 7 horas em ponto, ao soar da campainha do professor. O que sabemos é que as 6.30 no máximo estão se aprontando para as aulas. E deixam o trabalho para depois ou não o fazem. Se as patroas se queixam, deixam o emprego na certa. E as patroas, para terem suas empregadas pelo menos parte do dia, têm de ser a cozinheira de seu jantar, a arrumadeira de sua cozinha pela tarde, a copeira de sua mesa. Duvidamos muito da assiduidade de tais alunas, de sua pontualidade, de seu desejo de aprender e estudar, dado que os estudantes são por natureza vadios. Mas não somos nós quem vai julgar do esforço consciente e forte dos estudantes que têm emprego, nos dias quentes de verão. Após um dia de trabalho pesado. As tardes são frescas e agradáveis para um passeio ao jardim para uma fuga rápida do serviço, para um ensejo de entregar parte da tarefa obrigatória de todos os dias á responsabilidade dos outros. As patroas estão reclamando contra o horário das aulas e estamos com elas. Por que não se estabelecer o curso noturno das 8 as 10, ou das 7 e pouco em diante? (ESCOLAS, 1950, p. 4).

O protesto desmistifica em parte a suposta positividade com que as famílias teriam recebido as campanhas, atendido o chamado das autoridades e se envolvido no trabalho voluntário em benefício da alfabetização da população adulta, uma vez que, conforme se depreende do excerto anterior, era necessário alfabetizar os adultos contanto que os estudos não interferissem nos serviços prestados por esses às famílias empregadoras. Além desse aspecto, a matéria também permite aquilatar os problemas enfrentados pelos alunos das classes noturnas, sobretudo a dificuldade em conciliar horário de aulas com jornada extensa de trabalho, bem como as possíveis causas do abandono dos estudos. Em síntese, o limite de aprovação da campanha em âmbito local era fixado pela garantia da manutenção da rotina doméstica nos lares burgueses.

Escolas noturnas e a alfabetização de adolescentes e adultos

Com vistas a conhecer os espaços escolares onde teriam sido efetivadas as ações da CEAA buscamos as instituições que ofereciam aulas noturnas no município de Uberlândia-MG no momento em que vigora o Decreto nº 19.513 do FNEP, que institui 70% dos seus recursos para a construção de prédios escolares e 25% para a educação de adultos. Notamos que, a partir de 1945, ou seja, período que coincide com a liberação desses recursos, houve a criação de cinco grupos noturnos na cidade de Uberlândia que ofereciam o ensino primário elementar, que compreendia do 1º ao 4º anos, e em alguns deles, a partir do ano de 1949, houve a inclusão do 5º ano como parte do ensino oficial ofertado pelo Estado.

No que se refere à história das escolas noturnas na cidade, de acordo com Vieira (2009), em 1924, duas décadas antes da deflagração da CEAA, foi instalada uma dessas instituições para o atendimento de rapazes maiores de 16 anos. As aulas eram ministradas para uma turma que oscilava entre 45 a 72 alunos matriculados nos 1º, 2º e 3º anos do ensino primário. Segundo o autor, a escola teria durado menos de um ano, pois foi extinta antes do término do ano letivo devido à falta de frequência dos alunos. Transcorridos treze anos dessa experiência, conforme o Quadro 1 a seguir, no período de 1937 a 1957, existiram as seguintes escolas e grupos municipais em funcionamento no turno da noite na cidade de Uberlândia:

Quadro 1 – Data de instalação das escolas noturnas

ANO DE INSTALAÇÃO	ESCOLA
1945	Escola Municipal Modelo Governador Valadares
1946	Escola Municipal Padre Anchieta
1947	Escola Noturna para Alfabetização de Adultos da Cerâmica “Eldorado”
1948	Grupo Noturno Augusto César
1948	Grupo Noturno Felisberto Carrejo
1957	Grupo Noturno Governador Valadares

Fonte: elaborado pelas autoras a partir das informações pesquisadas nos livros de atas das referidas escolas.

Especificamente, cada um dos grupos noturnos em funcionamento no período por nós pesquisado apresentou os seguintes aspectos no que concerne ao seu histórico de funcionamento: o Grupo Noturno Augusto César não contava com espaço próprio, pois se encontrava alocado no prédio do Grupo Estadual Júlio Bueno Brandão⁵, localizado na Praça da República (atual Tubal Vilela), sendo mantido pelo município. De acordo com Tereza (1951), tal Grupo noturno existia desde 1937, no entanto não sabemos a exata data de sua instalação. Encontramos registros de suas atividades a partir do ano de 1948, juntamente com o livro de matrículas do Grupo Noturno Benedito Valadares. Em função disso, pressupomos que possuía anteriormente outro nome, tendo sido substituído por Augusto César a partir de 1948. Embora exista documentação de matrículas até o ano de 1958, encontramos atas das reuniões realizadas nessa escola somente até 1955. Em 1949 foi acrescentado o 5º ano como parte do ensino oficial ofertado pelo estado.

⁵ O grupo escolar Júlio Bueno Brandão, atual Escola Estadual Bueno Brandão, criado em 1911 pelo então governador do estado Júlio Bueno Brandão, foi o primeiro grupo escolar do município. Contudo as suas atividades somente tiveram início em 1 de fevereiro de 1915, autorizadas pelo Decreto 3.200 (CARVALHO, 2002).

A Escola Municipal Modelo Governador Valadares foi criada em 19 de fevereiro de 1945 através do Decreto-Lei nº 125 (DECRETO-LEI, 1945). De acordo com esse Decreto, a escola serviria como modelo para as escolas rurais mantidas pela prefeitura. Estava localizada na Praça Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade, sendo considerada como um estabelecimento padrão, não só pela sua construção, mas por sua organização interna. Funcionava em três turnos e oferecia classes do 1º ao 4º ano. Em 1947 houve uma reunião entre o inspetor escolar do município, Jerônimo Arantes, e as professoras para tratar da mudança do nome da escola por não se poder dar nome de pessoas vivas a estabelecimentos escolares. Após várias sugestões, ficou decidido que a partir daquele ano passaria a se chamar Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, em referência à padroeira de Uberlândia (PREFEITURA, 1947c, p. 10)⁶. No ano de 1947 havia três salas no período noturno: um 1º, um 2º e um 3º ano. Encontramos registros de reuniões da escola até o ano de 1955, a partir deste começaram a constar no livro da escola atas referentes ao Grupo Governador Valadares, porém não sabemos informar se voltou a ter essa denominação. Já em 1957 começou a constar como Grupo Noturno Governador Valadares utilizando as instalações do Grupo Escolar Bom Jesus.

A Escola Municipal Padre José de Anchieta localizava-se na Avenida Rio Branco. De acordo com o jornal Correio, foi construída com o mesmo padrão da Escola Modelo Governador Valadares. Funcionava em três turnos, iniciando seus trabalhos no ano de 1946 (NOVOS..., 1945, p. 4). A partir de 1956, o Grupo Noturno Padre José Anchieta começou a ser registrado separadamente dos outros turnos da escola, constando somente três turmas, um 1º, um 2º e um 3º ano, havendo uma professora para cada serie (PREFEITURA, 1947a). Não encontramos livros de atas e nem de reuniões dessa escola, somente livros de matrículas, de frequência de alunos e de ponto de professores.

O Grupo Escolar Noturno Felisberto Carrejo foi criado em 31 de dezembro de 1947 pelo art.1 do Decreto-Lei nº 165, por autorização do prefeito da cidade, Cleanto Vieira Gonçalves⁷ (PREFEITURA, 1948b, p. 2). Sua instalação aconteceu em fevereiro de 1948, em uma solenidade na qual compareceram personalidades relacionadas à política da época, tais como: o prefeito eleito José Fonseca e Silva⁸ e o chefe do Serviço de Educação e Saúde (atual Secretaria Municipal de Educação), Jerônimo Arantes, além das professoras que fariam parte do corpo docente do grupo. No ano de 1962 o grupo passou a atuar em três turnos diurnos e um noturno, constando os horários das 7h30min. às 10h30min., 11h às 14h, 14h às 17h e das 19h às 21h30min. De acordo com a ata analisada, o objetivo da criação desses horários era o de facilitar o ensino, ampliar a matrícula de alunos no mesmo grupo e eliminar duas escolas isoladas: Jerônimo Arantes e São Pedro. Dessa forma, o grupo deixou de ser nomeado como Grupo Noturno, sendo chamado Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo (PREFEITURA, 1962).

⁶ A partir do ano de 1956 começou a constar do livro de matrícula do Grupo Municipal Nossa Senhora do Carmo o Grupo Governador Valadares, não especificando se era somente noturno ou estava funcionando nos três turnos. Em 1957 começou a ser registrado nas atas como Grupo Noturno Governador Valadares. Há a menção, em um desses documentos, da instalação deste no prédio da Avenida Paranaíba, bairro Tabocas (atual bairro Bom Jesus), sede do Grupo Bom Jesus. Encontramos atas do Grupo Noturno Governador Valadares até o ano de 1959. A partir dessa data não há nenhum registro preservado sobre a escola.

⁷ Prefeito nomeado no ano de 1947.

⁸ Prefeito eleito para o mandato de 1948 a 1950.

A única instituição encontrada que se registrava como sendo de adultos e fazendo parte da CEAA foi a Escola Noturna para Alfabetização de Adultos da Cerâmica Eldorado, que funcionava no período da noite na Fazenda Eldorado. Era mantida pelo município e utilizava o salão da Escola Municipal Professor José Felix Bandeira. A turma tinha 17 alunos, sendo apenas duas do sexo feminino. Encontramos registro da escola noturna somente no ano de 1947. (UMA ESCOLA, 1947).⁹

No que concerne ao número de matrículas efetuadas em todas as séries nos grupos e escolas noturnas, em 1950 foram divulgadas em Uberlândia as estatísticas dos dados escolares segundo as quais foram matriculados nos grupos escolares urbanos 931 alunos, desses, 720 eram adultos (EDUCAÇÃO..., 1950). Conforme podemos observar, esses números não coincidem com os dados informados nos diários dos grupos noturnos dos quais extraímos as informações que compuseram o Quadro 2 a seguir. Fato interessante, uma vez que somente a soma das matrículas de três grupos noturnos (Felisberto Carrejo, Augusto César e Padre Anchieta), ou seja 1.136 alunos, ultrapassava o valor informado na estatística. O mesmo fato ocorre com as estatísticas do ano de 1951, as quais divulgavam que nos grupos escolares foram matriculadas 1.177 pessoas, dessas, 500 eram menores de 18 anos, já os adultos somavam 980. (ESTATÍSTICA, 1951). No entanto, somando novamente as matrículas dos três referidos grupos, no ano em questão, o número novamente ultrapassa esse valor, o total é de 1.375 alunos. Essa imprecisão dos dados estatísticos não era uma peculiaridade local, Faria Filho e Bicas ressaltam que as primeiras estatísticas educacionais elaboradas no Estado de Minas caracterizavam-se pela ambiguidade e pela manipulação dos dados:

Em Minas Gerais, por exemplo, nas primeiras décadas deste século, muitos Secretários do Interior e, mesmo, Presidentes de Estado, reclamavam da ausência de bases estatísticas confiáveis sobre os quais eles pudessem desenvolver diagnósticos, definir prioridades e traçar metas de ação. É evidente que boa parte desses sujeitos acabaram, eles também, por mistificar a importância da estatística. No entanto, não parece restar dúvida que eles lidavam com uma dificuldade concreta e, até hoje, desafiadora para o melhor conhecimento da realidade educacional. (FARIA FILHO; BICCAS, 2000, p. 185).

Nesse sentido, sem ter, por enquanto, mais indícios que nos permitam com segurança afirmar o total de alunos matriculados, o Quadro 2, reproduzido a seguir, apresenta alguns dados que obtivemos a partir da consulta aos documentos das escolas noturnas aos quais tivemos acesso. A partir dele é possível concluir que no ano de 1953 a matrícula sofreu uma brusca redução em relação aos anos anteriores. No Grupo Augusto César, por exemplo, as matrículas diminuíram em 20%; no Grupo Felisberto Carrejo 47.5% e na escola Padre Anchieta reduziram em 26% (sendo que anteriormente, no ano de 1949, a escola já havia apresentado um decréscimo de 47%). Nos anos seguintes continuaram apresentando quedas, porém davam mostras de alguns sinais de recuperação.

⁹ No ano de 1952 há um registro de abertura de um grupo escolar noturno chamado “João Luiz”, anexo ao Grupo Escolar Coronel Carneiro; no entanto não localizamos nenhum registro sobre esse último.

Quadro 2 – Total de matrículas nas escolas e grupos noturnos

ANO	FELISBERTO CARREJO	AUGUSTO CÉSAR	PADRE ANCHIETA	G. E. GOV. VALADARES	G. N. GOV. VALADARES	ESC. MUNIC. ELDORADO
1947	-	*	186	43	-	17
1948	323	554	197	*	-	-
1949	408	515	104	*	-	-
1950	490	490	156	*	-	-
1951	681	526	168	*	-	-
1952	1063	521	189	*	-	-
1953	558	416	139	*	-	-
1954	484	495	138	*	-	-
1955	*	599	148	*	-	-
1956	*	535	250	*	-	-
1957	*	507	*	-	126	-
1958	*	444	118		132	

G.E- Grupo Escolar / G.N. - Grupo Noturno //.* Embora tenham sido localizados registros que atestem a existência da escola não foram encontrados os dados. - Não foram localizados registros sobre a existência da escola no período em questão.

Fonte: Prefeitura (1948a, 1951a, 1952a, 1953, 1945a, 1948c, 1951b, 1954, 1946, 1945b, 1947b, 1957, 1958).

Em 1948 a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos estava em seu segundo ano de atuação, consideramos que esse fato pode ter sido uma influência para a criação do Grupo Escolar Noturno Felisberto Carrejo na cidade, visto que este expandiu as matrículas no ensino noturno, passando de mais de 300 vagas em seu primeiro ano de instalação para 1.000 vagas em 1952. Outro fato que podemos perceber é que o maior número de matrículas nos grupos noturnos ocorreu nos anos de 1947 a 1954, período que coincide com o da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que, conforme Beisiegel (1974), atravessou duas etapas distintas, a saber: a primeira de 1947 a 1950 ocorreu no mesmo momento da permanência do professor Lourenço Filho na direção geral da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e marca as principais conquistas do movimento, tais como: o alcance das metas quantitativas estabelecidas para os primeiros anos.¹⁰ A segunda etapa se estende até o ano de 1954, durante a qual continuou se desenvolvendo normalmente, porém apoiada nas atividades organizadas na fase anterior. A partir de 1954 a campanha passou a ser absorvida pela rotina administrativa, dessa forma, no dizer de Beisiegel (1974, p. 89),

[...] aos poucos os trabalhos deixariam de apresentar características de um movimento de mobilização nacional e começariam a configurar-se somente como prática regular das administrações da União e das Unidades Federadas.

¹⁰ O número de classes registrado em 1947 era 10.416 e subiu para 17.000 no período de 1951-1953; a matrícula geral alcançou em 1947 659.606, subindo para 850.685 em 1953. As tiragens do material de leitura, produzido e editado pelo próprio Departamento Nacional de Educação (DNE), atingiram 1.695.00 exemplares em 1947, totalizando 5.438.500 entre 1947 e 1950 (PAIVA, 1973).

Em relação às classes avulsas de alfabetização de adolescentes e adultos, encontramos o registro de algumas noticiadas nos jornais de Uberlândia *Correio* e *O Repórter*. A classe estava aberta na Avenida Mato Grosso, por iniciativa de professores que alfabetizariam crianças e adultos em três turnos (UMA ESCOLA, 1947). Em 1951 há uma nota no jornal informando sobre um professor que dizia ter um método próprio para ensinar adultos a ler e escrever em 90 dias, cujas aulas seriam ministradas aos alunos gratuitamente (ALFABETIZAÇÃO, 1951).

Localizamos também registros de classes para adultos em escolas que já funcionavam, como no Ginásio Brasil Central, no Colégio Estadual e no Grupo Escolar Coronel Carneiro. Neles há ainda a informação de um curso supletivo na Escola Mato Grosso, instalada na Vila Aparecida, na Avenida João Pinheiro (ALFABETIZAÇÃO, 1947). No que se refere ao número de matrículas das classes avulsas para adultos, de acordo com uma nota do jornal *Correio*, no Grupo Escolar Coronel Carneiro em 1948 havia três classes com 150 alunos no total, no entanto, apesar desse número, apenas 50 foram alfabetizados (ENCERRAMENTO, 1948).

Representações construídas sobre o sujeito analfabeto e sobre o analfabetismo

Considerava-se que o problema da educação de adolescentes e adultos envolvia todos os outros já existentes no país. Dessa maneira, a alfabetização era divulgada como sendo necessária para que toda a população tivesse acesso aos seus direitos. Conforme um jornal de Uberlândia, “Disso dependem os destinos de todos os 45 milhões de brasileiros. Não dando a todos eles a alfabetização, de fato negamos-lhes todos os direitos.” (PELA ALFABETIZAÇÃO, 1947, p. 1). Contudo as condições precárias de funcionamento das escolas noturnas, sobretudo das classes avulsas (conforme apresentamos no parágrafo precedente, em Uberlândia, no de 1948, teriam alfabetizado apenas 1/3 dos alunos matriculados), e as representações produzidas dos sujeitos analfabetos denunciavam quão distante estava a garantia da conquista de tais direitos. As representações produzidas sobre o analfabetismo e os analfabetos funcionaram como uma forma de conferir uma identificação “simplista” às pessoas adultas que não haviam frequentado a escola na infância. Nesse sentido, estariam subjacentes a essas representações os elementos que, para Seixas (2013, p. 13), caracterizariam o estereótipo.

Uma forma sintética e condensadora, certamente, e, ao mesmo tempo, reveladora e produtora de significados (aliás, nem sempre negativos ou denegridos) precisamente em virtude do seu caráter ‘esquemático’, ‘simplista’ e ‘reduzidor’, superficial e nivelador; [...].

Esses sujeitos eram identificados e reconhecidos como um problema para o país, além de serem classificados como incapazes e motivo de atraso econômico e social. Dessa forma, os termos analfabeto e analfabetismo, assim como os seus consequentes significados depreciativos, foram utilizados como legitimação para o desenvolvimento da CEEA.

Segundo Pesavento (2005, p. 40): “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”. Com efeito, as representações que recortamos dos documentos pesquisados nos remetem a pelo menos quatro categorias segundo as quais o analfabetismo era classificado, reconhecido e identificado, a saber: “doença”, “calamidade pública”, “fome” e “miséria”. Essas expressões manifestavam o

preconceito dirigido ao analfabetismo e, por conseguinte, justificavam a marginalização das pessoas analfabetas.

De acordo com as reportagens pesquisadas nos jornais locais, constatamos em primeiro lugar que o analfabetismo era apresentado para a sociedade como uma *doença* que perturbava o “bom funcionamento” da sociedade e atrasava o desenvolvimento do país, uma vez que impedia o Brasil de figurar entre as nações mais cultas do ocidente, logo, era necessário submetê-lo a um tratamento cujo medicamento prescrito seria a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, conforme se lê a seguir.

O analfabetismo era uma desgraça irremediável. Já nos havíamos habituado a desprimorosa situação que nos colocava entre os povos menos cultos do mundo. Estávamos, sem que talvez nos apercebêssemos, cavando a sepultura onde, mais cedo ou mais tarde, veríamos baixar o corpo inanimado da pátria. O Brasil encontrava-se nas condições desses organismos aos quais a simples panacéia já de nada adiantava: convinha submetê-lo a um tratamento que, contrariando a terapêutica geralmente empregada, viesse a atuar de maneira mais pronta e enérgica. Poderá parecer que exageramos. Quem quer, porém, que considere que 55% da população brasileira acima de 18 anos são analfabetos concluirá imediatamente pela gravidade do sintoma, cuja etiologia é, sem dúvida, esta Campanha desencadeada na hora decisiva do recrudescimento do mal. Tenhamos confiança na ciência dos que procuram salvar o grande enfermo. A sua vida é a nossa vida. É a vida dos que virão depois de nós e perguntarão o que fizemos para preservar o Brasil. (FALCÃO, 1947, p. 2).

O índice de atacados daquele mal é em nosso país simplesmente aterrado e decorrem todas as causas de nosso quase agrilhado progresso em todos os pontos. Quer política quer economicamente os nossos passos têm sido de um tal modo lentos, que, não culpamos em grande parte aquele mal, fora trazermos as causas originais para o âmbito de uma enfermidade cuja cura só a medicina explicaria. (EDUCAÇÃO, 1947, p. 2).

Outra categoria que se depreende das representações do analfabetismo diz respeito à *calamidade pública*, para a qual esse estado de ignorância da maioria dos brasileiros contribuía e, ao mesmo tempo, era o testemunho. Segundo uma matéria publicada no jornal, se cada um dos municípios fizesse a sua parte eliminando o problema, estaria contribuindo para a imediata extinção dessa questão em todo o país. Com essa constatação, os municípios foram pressionados pela imprensa para cooperarem na sua extinção.

E assim se todas as 1.700 Municipalidades ou Prefeituras do Brasil decretarem e executarem essa extinção do analfabetismo, cada uma em seu território, teremos a eliminação imediata dessa calamidade pública.

Se é a inteligência que dirige todos os atos do homem e da humanidade, dando a alfabetização a todos os brasileiros sem exceção, os habilitaremos a um completo aperfeiçoamento de si mesmos. (PELA ALFABETIZAÇÃO, 1947, p. 1).

O analfabetismo no Brasil era associado a outros problemas, como a fome e a miséria da população. Segundo as notas pesquisadas, ao alfabetizar a sua população o Brasil seria capaz de produzir mais e com isso solucionaria o problema da fome e contribuiria para o progresso do país.

Alfabetizando a nossa grande população estaremos, conseqüentemente, contribuindo para a solução do problema da produção, que é o problema da fome. Pois o aumento da nossa produção agrícola é um imperativo do nosso mais elementar progresso. Por outro lado indústria implica a existência do HOMEM QUE SABE LER, e é inconcebível numa paisagem onde as escolas são raras e o professor um tipo singular. [...] Com esse pensamento, projetou-se a Campanha de Educação de Adultos, ora promovida pelo Ministério da Educação e apoiada no povo e para o bem do povo. Não se trata, pois, de um simples movimento inepto, ou bizantino. Não se trata de realização de fachada. Trata-se de uma Campanha Nacional, destinada a obter os melhores resultados, ligada aos nossos mais cruciantes problemas, alimentada no melhor espírito de patriotismo. Para prová-lo, basta, por certo, aproximação que aqui fazemos, juntando fome e ignorância [...] Lutar, pois, pela extinção do analfabetismo no Brasil significa lutar pelo aumento da nossa produção. E lutar contra a miséria. E também arrancar o nosso povo ao terrível espectro da fome. (FOME, 1947, p. 3).

A porcentagem de analfabetismo que as estatísticas registram para a nossa população é desoladora e revela a impossibilidade do nosso desenvolvimento sob qualquer aspecto. [...] O Brasil país novo e de população rarefeita em muitas regiões precisa disseminar o ensino para que possa progredir (EDUCAÇÃO, 1947, p. 2).

Se o analfabetismo era avaliado como uma doença e problema de calamidade pública, logo os termos utilizados para representar o analfabeto eram variados e igualmente insultuosos. A partir daí extraímos as seguintes categorias: sujeito *quase primitivo*, *peso para a sociedade* e *doente*. Diante de tanto problema, o resultado do desenvolvimento da campanha no país “iluminaria” a inteligência e faria com que as energias perdidas e mal aproveitadas fossem redirecionadas.

Estará então lançada a semente que estimula o espírito e abrem novas luzes à inteligência, trazendo o aproveitamento racional de tantas energias mal aproveitadas ou de todo perdidas. Não se pode negar que é este um passo fundamental para a desejada melhoria do nível de vida

de nosso povo elevando-o a posição em que ele deve colocar-se para a projeção de nossa pátria no cenário universal, onde ela aparece ainda desfigurada e amesquinhada pela sobrecarga de uma vasta população deseducada, quase primitiva (EDUCAÇÃO, 1947, p. 2).

Livrá-los dos males terríveis da ignorância não será apenas prestar lhes um serviço inestimável: será também trabalhar pela grandeza de nosso país, cujo progresso está intimamente ligado à solução do problema cruciante da alfabetização (OS VOLUNTÁRIOS, 1947, p. 1).

De acordo com o cenário divulgado pela imprensa local, a população trabalhadora vivia desanimada e doente por causa da ignorância e se aprendesse os saberes elementares, como ler, escrever e contar poderia contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Quanta gente trabalhadora, de índole boa, que vive desanimada e doentia por ignorância e a margem dos deveres políticos de cidadão, poderia ser melhor aproveitada na obra do reerguimento econômico da Nação, se lhe fosse possível ensinar a leitura, a escrita e o cálculo elementar, além de algumas noções sobre como defender-se das doenças mais comuns e como melhor alimentar-se! (BUSEH, 1947, p. 3).

Além das representações citadas, encontramos também *marginais da cultura* para denominar os analfabetos. Ao se referir ao trabalho de alfabetização de adultos no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, a nota escrita menciona que, ao realizar a alfabetização de adultos o município estaria contribuindo para a recuperação desses.

Todos esses fatos veem colocar o simpático município na vanguarda em favor da alfabetização – o passo primeiro e necessário para a recuperação dos ‘marginais’ da cultura. Que o imitem os outros municípios do Estado, para que seja o primeiro da Federação a liquidar o analfabetismo, como primeiro temido em tantas campanhas memoráveis. (FALCÃO, 1948, p.1).

O analfabeto também seria um “peso morto” e um mal que manchava a civilização brasileira, conforme se lê a seguir.

Esses milhões de analfabetos que pesam em nossa civilização, como um tremendo peso morto. Mais do que isso, porém pesam também na consciência de cada um de nós, pois que se não somos responsáveis pela existência do mal, tantas vezes permitimos que ele exista ao nosso lado, sem sequer um movimento para a sua extinção (VÍTIMA, 1947, p. 1).

No entanto é interessante observar que após esse discurso ofensivo, o mesmo jornal argumenta que nenhum traço semelhante a esse aspecto discriminativo poderia existir frente à campanha.

[...] É preciso, por isso mesmo, estimular, prestigiar e apoiar eficientemente a Campanha de Educação de Adultos. O problema já está levantado. Aberto aos nossos olhos. Não há senão que trabalhar para solucionar tão rapidamente quanto possível. **Nenhum preconceito pode existir em face da campanha que ora se empreende.** Sabemos o que é possível fazer e avaliamos os benefícios que nos trata obra feita. Não será possível permanecer indiferente ao problema do analfabetismo. Tantas vezes denunciado, passando deste as outras gerações, esse legado de vergonha que mancha sem sombra de duvida, a civilização brasileira. (VÍTIMA, 1947, p. 1. Grifos nossos).

Todavia o preconceito em relação a esses sujeitos estava imbricado ao próprio discurso produzido pelo jornal, uma vez que, ao justificar a importância da alfabetização, compara o fim do analfabetismo com a abolição da escravidão.

Todos os homens têm antes de tudo, direito ao amplo e integral desenvolvimento de todas suas faculdades físicas e mentais. E o que realiza a educação no sentido mais amplo da expressão, isto é, como o aperfeiçoamento completo do indivíduo. E assim como base de tudo é indispensável que se proclame agora no Brasil a extinção do analfabetismo, como outrora se proclamou a extinção da escravidão (PELA ALFABETIZAÇÃO, 1947, p. 1).

Além desses exemplos, localizamos uma matéria segundo a qual o seu próprio título, *Papagaio velho não aprende a falar?*, seria um provérbio de sabedoria popular que não podia mais ser atribuído aos adultos analfabetos, pois a campanha estava desmentindo-o. No decorrer da nota, os analfabetos são denominados “incultos”, mas que, não obstante, seriam capazes de aprender mais rápido que uma criança. Outro fato que chama a atenção é o de que ao se referir ao primeiro aluno que aprendeu a ler na classe de adultos, o qual tinha 60 anos, a reportagem o expõe como um caso “curioso, digno de espanto e admiração”, o que nos faz refletir: se nessa mesma situação é informada a rapidez de aprendizado desse indivíduo em relação a uma criança, por que então o sentimento de surpresa em relação a tal fato?

Há mesmo certos casos curiosos, dignos de espanto e admiração. Exemplo: em Jundiaí Estado de São Paulo, o primeiro aluno que aprendeu a ler conta sessenta anos de idade! No outro município paulista, Guaratinguetá, há um aluno com cento e doze anos e que, apesar de sua avançada idade, apresenta progressos dignos de nota. Aí temos, certamente, na figura desse ancião que deve servir de exemplo a tantos milhares de brasileiros o mais velho aluno do Brasil! No estado

do Rio, há ainda um aluno com setenta e sete anos que está aprendendo a ler regularmente. Outros exemplos, sem dúvida não faltam, e bastaria isso para desmentir, como dissemos o provérbio que afirma que ‘papagaio velho não aprende a falar’... A este, oporíamos um outro provérbio, contendo uma verdade incontestável: ‘Nunca é tarde para se começar’. (PAPAGAIO, 1947, p. 3, grifo nosso).

Segundo essas representações, a solução para o problema do analfabetismo estaria na dependência da boa vontade da população, que teria o dever de ajudar a alfabetizar as pessoas adultas. “É da boa vontade alheia que eles dependem. Negar-lhes essa boa vontade seria faltar com um dever de consciência” (VÍTIMA, 1947, p. 1). Nesse sentido, seja nas manchetes, seja no corpo dos textos, os jornais apresentavam e representavam a alfabetização como um favor para esses sujeitos.

Em síntese, todas as representações nos remetem à construção de uma identidade para o analfabeto marcada pela incapacidade, submissão e dependência dos “favores” que o governo e as pessoas alfabetizadas poderiam lhe prestar ao abrir as portas da escola e das residências particulares (no caso dos voluntários) para a sua alfabetização. Nesse sentido, o analfabeto, ainda que considerado corresponsável pelo atraso econômico e o retrocesso cultural do país, era tomado como vítima; o que não atenua a sua marginalização, ao contrário a reforça. Aqueles que eram alfabetizados tinham a “tarefa de arrancar a desgraça e a miséria do analfabetismo os numerosos milhões de concidadãos, suas vítimas” (VÍTIMA, 1947, p. 1). Segundo a mesma matéria, subjacente a essa representação existe outra segundo a qual o analfabeto seria uma vítima devido ao meio em que vivia, o qual o mantinha longe das conquistas da sociedade e sem acesso aos conhecimentos básicos. Numa abordagem redentora, o jornal Correio divulgava que a campanha seria uma maneira de lutar contra o analfabetismo que “asfixiava” parte da população do Brasil.

Ser perfectível seria inconcebível que o homem não procurasse o seu aperfeiçoamento por meio da educação. A muitos analfabetos adultos não terá faltado jamais curiosidade intelectual, desejo de saber e aprender. Não lhes terá faltado, muitas vezes, boa vontade. Entretanto, quando consultamos a estatística verificamos o número desolador de analfabetos que possui o Brasil. (VÍTIMA, 1947, p. 1).

Ao compor essas representações eivadas de expressões depreciativas e ao divulgá-las à população, tanto a CEEA quanto a imprensa periódica contribuía para aprofundar a marginalização e o desprestígio da pessoa analfabeta, para metamorfosear em iniciativa caritativa e altruísmo aquilo que era dever do Estado para com a educação da população adulta e sobretudo para justificar os poucos recursos destinados à realização das campanhas e para munir do mínimo necessário as escolas noturnas. Nesse quadro entendemos que essas representações, conforme assinalou Chartier (1991, p. 183), se constituíram em “[...] matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”. Um mundo no qual o analfabeto sequer surgia como sujeito, posto que, tomado como vítima, seria incapaz e doente e, por conseguinte, o seu processo de alfabetização resultaria muito mais de um presente do que propriamente da conquista de um direito.

Considerações Finais

Assim como ocorreu no restante do país, acreditamos que o desenvolvimento da Campanha impulsionou o crescimento do número de escolas noturnas no município, proporcionando desta forma o aumento de matrículas nessas referidas instituições. Porém, essas escolas não possuíam estrutura adequada para promoverem o ensino, posto que muitas não tivessem sede própria, mas utilizavam as instalações de grupos escolares que funcionavam durante o dia. A falta de espaço para o funcionamento de algumas escolas noturnas seria por si só um indício, a despeito do discurso da CEAA, da relativa marginalização da educação de adultos naquele momento. Afinal, conforme ressalta Viñao Frago (1995, p. 69), não há neutralidade no uso do espaço, ao contrário, perpassa-o um discurso que institui uma dada realidade.

De ahí que el espacio no sea jamás neutro sino signo, símbolo y hella de la condición y relaciones de quienes los habitan. Muestra, a quien sabe leer, el empleo que el ser humano hace del mismo.

Nesse sentido, a inexistência de espaços específicos para as classes noturnas de alfabetização evidencia os limites das ações propostas pela campanha, que afinal não foi capaz de solucionar o problema relativo à carência da estrutura física apropriada e nem aquele relativo à inadequação do próprio material pedagógico, conforme mencionamos.

Ao lado desse não lugar para as classes noturnas situa-se outro sinal do desprestígio da educação de adultos, qual seja, em todo o seu desenvolvimento a própria campanha utilizou termos pejorativos para se referir ao analfabetismo e aos analfabetos. Esses mesmos termos foram apropriados e divulgados pela imprensa ao propagar a campanha, que acabaram por produzir estereótipos que, no dizer de Seixas (2013, p. 14),

[...] atuam particularmente na estruturação das identidades sociais (em ação nos processos de subjetivação), sendo um dos seus dispositivos mais potentes. Ao condensar e fundir os significados e, também, amplificá-los atuam na enunciação e visibilidade de uma esfera identitária, aquela mesma que enuncia um 'eu sou' afastando-se ou excluindo os outros (todos os que não idênticos a mim, o 'eu não sou' posto que – na lógica que rege as formas identitárias – só posso ser Um).

Nesse sentido, pensamos que os estereótipos compuseram as representações a partir das quais foram identificados os analfabetos e o próprio analfabetismo. Esses estereótipos se constituíram nos elementos formadores de uma dada identidade social por meio da qual o adulto analfabeto foi gradativamente se reconhecendo como diferente dos demais, nesse caso dos alfabetizados, e foi se produzindo uma realidade em que a alfabetização não se apresentava como direito e/ou conquista, mas, sim, um favor, um ato caritativo.

Referências

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

_____. A educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Alfabetização e cidadania**. São Paulo, n. 16, p. 19- 27, jul. 2003.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. **A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto Republicano** (Uberabinha – MG 1911-1929). 2002. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CARVALHO, Rosana Areal; ALVES FILHO, Eloy. O papel da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária na industrialização de Uberlândia – 1950-1970. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 22. p.115-142, jan./jun. 2000.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, São Paulo: USP, jan-abr. 1991, p. 171-191.

FARIA FILHO, L. M. de; BICCAS, M. de S. Educação e modernidade: a estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930). **Educação e Filosofia**, Uberlândia, n. 27/ 28, jan./jun./jul./dez 2000.

FÁVERO, Osmar. **Memórias das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. [S.l.]: [s.n.], [2---]. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/files/leiamais_apresenta.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos** (1964-1985). 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio./ago. 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição da história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SEIXAS, J.A. Gestão do esquecimento e cultura política brasileira: a construção de um objeto sensível de pesquisa histórica. In: **Anais. XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGOS SOCIAIS**. Natal, 22-26 jul. 2013, p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364411108_ARQUIVO_JSeixas_Texto_AnaisAnpuh_2013.pdf. Acesso 27 fev. 2015.

SILVA, C. C. J. **História da educação de adolescentes e Adultos**: As campanhas e as instituições de ensino noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963). 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais (Org.). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 142-177.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas**. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____; GALVÃO, A. M. de O. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes; v. 3, 2009, p. 257 - 277.

VIEIRA, F.C.F. Profissionalismos da professora Alice da Silva Paes no Ensino primário da Escola Pública Municipal Nocturna em Uberabinha. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação Nacional de História. p. 1 - 8.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la Educación e Historia Cultural – posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63 – 82, set./out./nov./dez 1995.

Jornais

ALFABETIZAÇÃO de adultos. **O Repórter**, Uberlândia, p. 4, 24 mar. 1951.

_____. **O Repórter**, Uberlândia, p. 4, 3 out. 1947.

BUSEH, Leontina Silva. Jovem, ensine um adulto a ler. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 21 out. 1947.

CAMPANHA Nacional de Educação. **O Repórter**, Uberlândia, p. 2, 21 mar.1951.

DECRETO-LEI n.125. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 22 fev. 1945.

EDUCAÇÃO antes de tudo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 4 out. 1947.

EDUCAÇÃO Pública Municipal. **O Repórter**, Uberlândia, 31 dez. 1950. Não paginado.

ENCERRAMENTO dos cursos supletivos. **Correio de Uberlândia**, p. 1, Uberlândia, 29 nov. 1948.

ESCOLAS para adultos de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 9 mar. 1950.

ESTATÍSTICA Escolar Municipal de Uberlândia. Exercício de 1951. **O Repórter**, Uberlândia, p. 2, 10 dez. 1951.

FALCÃO, Rubens. Cinco pétalas de uma flor. **Correio de Uberlândia**, p. 1, Uberlândia, 4 fev. 1948.

FOME e analfabetismo. **O Repórter**, Uberlândia, p. 3, 20 set. 1947.

NOVOS serviços vão ser entregues à cidade pelo prefeito – outras notas. **Correio de Uberlândia**, p.4, Uberlândia, mar. 1945.

PAPAGAIO velho não aprende a falar?. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 11 jul. 1947.

PELA ALFABETIZAÇÃO de adultos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 12 maio. 1947.

VÍTIMA e não réu. **O Repórter**, Uberlândia, p. 1, 23 jun. 1947.

OS VOLUNTÁRIOS e a educação de adultos. **O Repórter**, Uberlândia, p. 1, 5 jul. 1947.

O QUE se faz em Uberlândia pela alfabetização de adultos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 1 out. 1947.

TEREZA, M. Escolas municipais. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 7 jul. 1951.

UMA ESCOLA que se abre. **O Repórter**. Uberlândia, p. 1, 3 set. 1947.

Atas e demais documentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1945 a 1948.** Uberlândia, 1945 a. Livro 13, p. 34-50. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Escolar Governador Valadares. 1945 a 1949.** Uberlândia, 1945b. Livro 14, p. 24-50. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Escolar Padre Anchieta. 1946 a 1919.** Uberlândia, 1946. Livro 16, p. 15-30. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Livro de ponto dos professores do Grupo Escolar Padre Anchieta. 1947 a 1952.** Uberlândia, 1947 a. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de transferência do nome do Grupo Escolar Municipal Governador Valadares em 15 de outubro de 1947.** Uberlândia, 1947c. Livro 102, p. 10 [verso].

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata da reunião escolar realizada em 27 de fevereiro de 1948.** Uberlândia, 1948b. Livro 106, p. 2.

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de reunião Grupo Escolar Felisberto Carrejo realizada em 10 de março de 1962.** Uberlândia, 1962. Livro 117, p. 4 [verso].

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de transferência do nome do Grupo Escolar Municipal Governador Valadares em 15 de outubro de 1947.** Uberlândia, 1947c. Livro 102, p. 10 [verso].

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata da reunião escolar realizada em 27 de fevereiro de 1948.** Uberlândia, 1948b. Livro 106, p. 2.

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de encerramento do I semestre do ano 1951 do Grupo Noturno Augusto César no dia 28 de junho de 1951.** Uberlândia, 1951 a. Livro 112, p.1-2.

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de exames realizados em 14 de novembro de 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 102, p. 67.

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de exames realizados em 19 de novembro de 1958.** Uberlândia, 1958. Livro 102, p. 69.

_____. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de reunião Grupo Escolar Felisberto Carrejo realizada em 10 de março de 1962.** Uberlândia, 1962. Livro 117, p. 4 [verso].

_____. **Registro de matrículas do Grupo Escolar Professor Bandeira. 1947 a 1953.** Uberlândia, 1947b. Livro 22, p. 1-8. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Felisberto Carrejo. 1953/1954.** Uberlândia, 1953. Livro 43, p.1-49. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1954 a 1958.** Uberlândia, 1954. Arquivo Público de Uberlândia. Não paginado.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1951/1953.** Uberlândia, 1951b. Livro 39, p. 1-37. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1948-1951.** Uberlândia, 1948c. Livro 26, p. 1-50. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Felisberto Carrejo. 1952.** Uberlândia, 1952a, Livro 40, p.1-24. Arquivo Público de Uberlândia.

_____. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Felisberto Carrejo. 1948 a 1950.** Uberlândia, 1948 a. Livro 25, p.1-50. Arquivo Público de Uberlândia.